

EM DEFESA DA VERDADE

(Excertos)

Por Carlos Ferrão

(...)

7

Decorrido meio século sobre esse episódio sangrento da nossa História contemporânea, a versão que os monárquicos portugueses dão do regicídio é inteiramente, falsa. A acreditar essa versão, dir-se-ia que o rei D. Carlos foi vítima de um atentado premeditado em associações secretas – que não indicam empregando esta designação, corrente nos últimos tempos da monarquia, sem a concretizarem – nas quais os republicanos tinham preponderância ou eram exclusivamente constituídas por partidários seus, e executado por gente às suas ordens segundo um plano por eles urdido de longe. Os regicidas não passaram, segundo a mesma versão, de instrumentos passivos de um conluio, tecido em Portugal e no estrangeiro, graças a numerosas cumplicidades decididas a fazer desaparecer o soberano, quando ele estava empenhado numa obra de regeneração dos costumes políticos e resolvido a restaurar a grandeza da Nação tendo no governo um grupo de homens dedicados ao bem público e isentos da mácula da paixão partidária.

Nesta versão há apenas o inconveniente de nada ter com a verdade. Isso não impede que o psitacismo dos que a repetem, emoldurada no quadro sentimental das evocações sem fundamento ou das calúnias sem reboço, vá repercutindo, pelo tempo fora, essa mentira para fins exclusivamente, políticos. A vida da sociedade portuguesa à data do atentado de 1 de Fevereiro de 1908 fazia prever uma explosão irreprimível e próxima. Essa explosão tomou a tríplice forma de uma tentativa revolucionária, três dias antes do atentado, ficando intacto o seu mecanismo e prontas a renová-la as forças nela cumpliciadas, de uma anarquia larvada, que estabelecia a desordem em todas as classes sociais, na administração pública e nos meios políticos do regime vigente, e finalmente do regicídio de que abertamente se falava, que se esperava, de um momento para outro, que

EM DEFESA DA VERDADE (excertos)
por **Carlos Ferrão**

os partidários da monarquia anunciavam e com que os mais lúcidos servidores do rei e ele próprio, contavam não desconhecendo a sua fatalidade.

Os monárquicos, incompatibilizados com a monarquia e o seu símbolo, o rei incompatibilizado com o povo, apelando incessantemente para a fidelidade do exército na ilusória esperança de que este dirimisse pela força o pleito de que era protagonista, a Nação incompatibilizada com a autoridade eram sintomas iniludíveis, do epílogo trágico que teve a situação criada por D. Carlos, que nunca gozou de popularidade, e pelo governo que escolheu contra as indicações constitucionais e manteve no poder contra a vontade dos seus melhores amigos e dos seus mais dedicados servidores, Esse governo tinha a presidi-lo um demagogo cujas manifestações nevropticas se agravaram, à medida que perdeu o domínio dos acontecimentos e os factos quotidianamente desmentiram as suas esperanças e as suas ambições. Perante os sintomas de decomposição das instituições e o desvairamento dos que tinham por missão acautelar a sua sobrevivência e o seu funcionamento regular, o partido republicano foi, em Portugal, até o final da monarquia, a única força de ordem, de estabilidade política e de segurança social.

No doloroso contencioso que entre a monarquia e a Nação se avolumou nos últimos anos da sua, vigência com a revelação de factos escandalosos, inscreveu-se, em 30 de Agosto de 1907 o decreto, promulgado sem sanção parlamentar, que liquidou, de maneira inconcebível, a dívida do rol ao tesouro, dívida contraída sob a forma de adiantamentos à casa real – ao soberano e aos seus, familiares – a qual, como foi averiguado antes da proclamação da República, se elevava a mais de cinco mil contos (do tempo). No decreto figurava apenas a importância de setecentos. A liquidação fez-se inscrevendo no activo do soberano imóveis e objectos que pertenciam à Nação e de que ele era usufrutuário. Apesar da repressão do poder, a sua revelação provocou um clamor de indignação nacional. No coro de recriminações, que se elevou de todos os sectores da sociedade, os monárquicos, agremiados em partidos ou sem filiação partidária, ocuparam lugar de destaque.

Há muito que as suas relações com o rei eram intoleráveis. Este não ocultava a desprezo que tinha pelos seus partidários e sacrificava, quando o exigiam as suas conveniências, os mais dedicados, como Mouzinho e Hintze Ribeiro. Nos últimos tempos da vida do soberano as recepções e cerimónias para que os convidava ficavam intencionalmente desertas. As representações que por escrito lhe dirigiam eram requisitórios, em que se misturavam acusações virulentas e insi-

EM DEFESA DA VERDADE (excertos)
por **Carlos Ferrão**

nuações pejorativas. O rei concluiu que não havia na monarquia monárquicos e estes resolveram eliminá-lo, removendo-o da cena política.

Os jornais monárquicos pediam a sua abdicação e os políticos da mesma tendência, que não acreditavam nessa solução, falavam abertamente da sua morte. Essas alusões tornaram-se uma arma corrente na luta que travaram a qual terminou com a morte do soberano.

Quando em Belgrado os reis da Sérvia foram assassinados por uma conspiração, promovida por alguns oficiais da guarda real, os monárquicos portugueses exultaram e não esconderam o seu contentamento. Um dos mais categorizados e influentes, Emídio Navarro, escreveu no jornal que dirigia, «Novidades», artigos de uma arrepiante brutalidade que eram um incitamento à morte do soberano. Esses artigos tinham este sugestivo título «Na Sérvia». Num, deles descrevia o autor, o regozijo que o episódio de Belgrado causou entre os monárquicos, «Desse acontecimento há, para nós, lia-se no artigo, a tirar uma lição e é que não há povo tão oprimido, tão privado de liberdade, tão caído em vilipêndio que, num momento dado, não possa erguer-se em ímpeto irresistível e desordenado para vingar a sua ruína e sacudir a afronta da sua opressão», Um escritor monárquico, Rocha Martins, ao relatar o que então se passou, escreveu: «Celebrava-se o artigo entre os monárquicos com grandes elogios, delirava-se e aplaudia-se Navarro (seu autor). Perguntava-se: – Quando é que cá se faz a mesma coisa?». Aquele político monárquico voltou a manifestar os seus sentimentos, que eram os da maioria dos seus correligionários, escrevendo: «Na Sérvia o rei e o presidente do concelho foram assassinados em virtude de uma conspiração militar que manifestamente exprimiu a indignação popular. O povo sérvio põe bandeiras e luminárias sobre o seu cadáver mal arrefecido e proclama esta sentença: – Maldito seja aquele que verter uma lágrima sobre a sua campa!»

Pouco depois um incidente ocorrido a bordo do iate real «Amélia» fez correr a notícia de que o rei morrera quando se divertia a bordo, em virtude, de uma congestão. O incidente ocorreu em circunstâncias misteriosas as quais nunca foram completamente esclarecidas. Mas sabia-se que o barco aportou, inesperadamente, a Sesimbra e que fora chamado um médico. Rocha Martins descreveu o episódio nestes termos: «Perpassavam misteriosas histórias. O iate era apresentado como uma alcova flutuante. O rei gostava de comidas fortes, não fizera caso das recomendações (do médico) para se moderar, e continuara a sua vida antiga. Naquele dia uma indisposição de estômago o assaltara quando ouvia, uma «troupe» de bandolinistas que faziam uma serenata». Entre os monárquicos a

EM DEFESA DA VERDADE (excertos)
por **Carlos Ferrão**

notícia do que se passara e o boato da morte do soberano causaram uma satisfação abertamente manifestada. Não era a primeira vez que se espalhavam boatos semelhantes com a mesma indisfarçável satisfação.

As sugestões para que D. Carlos abdicasse eram feitas por categorizadas personalidades do regime. O jornalista Barbosa Collan, que sucedeu a Navarro na direcção das «Novidades», escreveu quando da revolta dos navios de guerra em 1906, artigos em que abertamente preconizava essa solução para a incompatibilidade insanável entre o monarca e os seus partidários. Os monárquicos falavam do rei com uma falta de respeito e caridade impressionantes para os que, no campo oposto, lealmente lutavam para derrubar a monarquia por entenderem que esta deixara de corresponder ao interesse nacional. Em contraste com esse procedimento, os republicanos não o tratavam nos termos insólitos e descaroados que os seus partidários empregavam. «Os monárquicos, escrevi na «História da República», desde os mais palacianos, como Mouzinho, e cortesãos, como Hintze, aos mais constitucionalistas, como José Luciaro, e radicais, como Alpoim, visaram o rei em tudo que podia ser para ele respeitável, como homem, e soberano, desde a honra pessoal aos actos de governo que inspirou e pelos quais se tornou responsável. E não hesitaram, quando isso correspondia aos seus interesses ou ambições, às suas paixões ou despeitos, em se aliar com os inimigos da realeza e do rei manifestando-lhe a sua oposição».

8

Os cinco meses que decorreram entre a publicação do decreto de 30 de Agosto – liquidando os adiantamentos – e o regicídio, foram vividos numa angústia. O ambiente em que decorria a vida nacional aparece evocado nos livros de memórias de contemporâneos, como Raul Brandão, no que escreveram autores monárquicos, como Carlos Malheiro Dias e Rocha Martins, em artigos dos jornais que intermitentemente apareciam à luz do dia. Os monárquicos tomaram o principal papel na luta contra o rei, atacando-o sem contemplação nem descanso. Os próprios franquistas depuseram, mais tarde, para confirmar o que haviam escrito ou dito os seus adversários nessa fase perturbada da política do regime. Eis o depoimento de um deles, Álvaro Pinheiro Chagas, que dirigiu o órgão do partido franquista e do governo: «A época era má. A atitude dos monárquicos oposicionistas em nada era inferior à violência dos republicanos. O mau efeito produzido pelo decreto dos adiantamentos foi aproveitado pela oposição e a campanha desta atingiu proporções nunca vistas, Os jornais monárquicos dirigiam a D. Carlos

EM DEFESA DA VERDADE (excertos)
por **Carlos Ferrão**

incisivos ataques e quem percorrer os dessa época notará, facilmente, que a campanha visou com mais violência o chefe do Estado (D. Carlos) do que o do governo (Franco). O mês de Janeiro (1908) começou em meio da absoluta incompatibilidade entre as oposições monárquicas, cuja campanha atingira o máximo da violência, e o governo. Os partidos monárquicos queimavam os últimos cartuchos na luta. Os boatos de atentados contra João Franco eram insistentes e algumas pessoas afirmavam, também correr o boato de atentados visando o chefe do Estado».

Onde corriam esses boatos? Quem se fazia eco deles? Corriam nos meios afetos à monarquia e eram espalhados por partidários dela. Era nesses meios, eram esses partidários que falavam na iminência de um atentado contra D. Carlos. Alguns, como Alpoim, abertamente aludiam à necessidade de pôr, por esse meio, termo à ditadura e à carreira do soberano que a inspirava.

Malheiro Dias deixou um sugestivo depoimento da situação, ao começar o ano de 1908, o qual não deixa dúvidas sobre a iminência de acontecimentos dramáticos no número das quais figurava o atentado contra o soberano. Escreveu ele: «Diz-se que Portugal está em paz. Mas de quanta inquietação reprimida é feita esta paz aparente. Esta paz é a paz armada. Desalgemai este sossego e logo o vereis transmudado em agitação. Tirai a mordaza a este silêncio e ensurdecereis com o seu clamor. A paz, sim, mas com as partidos monárquicos contra a realza, com a Guarda Municipal de prevenção nos quartéis, com o ministro da Guerra a visitar constantemente as casernas, com a desordem nas ruas de Lisboa, com dez jornais suprimidos em oito dias, com as prisões cheias de suspeitos».

«O ano que começa (1908), escrevia aquele escritor monárquico, ficará assinalado, pelos mais graves acontecimentos. Quando mesmo se desvanecessem os perigos iminentes, que ameaçam o País, nem por isso o conflito político deixaria de manter-se em expectativa como um inimigo que recua, sem capitular, como um exército que retrograda sem dar batalha. Os mais optimistas poderão proteger, temporariamente, um epílogo funesto que a lógica não deixará substituir por um desenlace pacífico. De uma doença que assumiu carácter agudo pode, talvez, derivar uma doença crónica. Mas essa terapêutica, sem debelar o mal, prolongá-lo-á apenas. Ele acabará por romper, até ao aniquilamento, o organismo político que está infeccionando»,

Numa reunião do conselho de Estado, o chefe de um dos partidos da monarquia, Júlio de Vilhena, na presença do rei anunciou profeticamente: «Isto acaba por

EM DEFESA DA VERDADE (excertos)
por **Carlos Ferrão**

uma revolução ou por um crime». Aquilo acabou, efectivamente, pelas duas coisas, pela revolução e pelo crime. Nem o rei, nem o chefe do governo, nem os seus mais exaltados partidários o ignoravam. Em conversa com os seus íntimos aludiu o primeiro, mais de uma vez, à iminência de um atentado com que contava e para o qual se preparou., O segundo afirmou, falsamente, decorridos dezasseis anos sobre o regicídio que nunca ouviu aventar essa hipótese. Foi desmentido pelos que do que se passou tiveram conhecimento e em público lhe dirigiram severas censuras. Várias pessoas, na véspera do regicídio, o procuraram para o prevenir do atentado, recebeu cartas, cujos signatários se prontificaram a depor a respeito da ameaça que impendia sobre o rei. Junto dele se fizeram diligências para que o acautelasse dos perigos que corria.

Que fizeram os monárquicos, que atitude tomaram os partidários e beneficiários do regime? As suas ameaças ao rei, as suas afirmações de que era necessário afastá-lo, sem ter em conta os meios de o conseguir, constituem o libelo esmagador da sua responsabilidade no regicídio. Os órgãos monárquicos referiam-se ao soberano nos termos mais despejados. As insinuações à possibilidade do atentado contra a sua vida multiplicavam-se. «El-rei, lia-se no órgão progressista «Correio da Noite», caça em Vila Viçosa depois de ter feito da Carta Constitucional bucha para o bacamarte com que atirou aos adiantamentos. Atirou e acertou». O órgão regenerador «Diário Popular» ameaçava abertamente o rei, escrevendo: «A casa real pode ter os seus adiantamentos, mas no país ficará um fermento de ódios que nem o profundo abastardamento dos caracteres pode evitar que surtam o seu natural e legítimo efeito». Outro jornal monárquico, «Notícias de Lisboa», lançava-lhe este repto: «Hoje o sr. João Franco desapareceu e quem está em foco é o chefe do Estado». Era o rei que os monárquicos, em todos os tons, apontavam à vindicta popular, às represálias dos seus correligionários, à hostilidade da Nação. Quando ele deu ao jornalista francês, Galtier, a entrevista histórica com que se envolveu nas lutas partidárias, colocando-se ao lado de João Franco, o «Correio da Noite» agitou aos seus olhos o espectro do atentado, escrevendo: «De um lado ficam todos os partidos monárquicos e o partido republicana, isto é, o País. Do outro ficam o rei e o sr. João Franco. Se o primeiro (o rei) leu a História verá nela, escritos a vermelho muito vivo, incidentes que se deram com pessoas do seu sangue». Nas reuniões desses partidos, em 8 de Dezembro de 1907, dois meses antes do regicídio, oradores impetuosos exigiram dos seus chefes a liquidação da ditadura pelo recurso à violência, à revolução, ao atentado.

EM DEFESA DA VERDADE (excertos)
por **Carlos Ferrão**

Era na eliminação do rei que os monárquicos pensavam. Um deles, Teixeira de Sousa, confirmou essa decisão, depois de proclamada a República, escrevendo ao referir-se às semanas que precederam o regicídio: «Em princípio foi a revolução que os monárquicos planearam», o mesmo político da monarquia escreveu ainda: «Quando os partidos regenerador e progressista se encaminharam para uma atitude revolucionária, eu discordei. A alternativa da revolução era o atentado. De qualquer forma seria o afastamento definitivo do rei que detestavam. «Assistiu-se então a este contra-senso político, escreveu Malheiro Dias, o rei abalando os últimos alicerces da monarquia – os, seus cúmplices – e demolindo os sustentáculos do regime. Os atacados (monárquicos) responderam ao desafio com um escarcéu clamoroso. Atacaram o rei. Nessa altura a República poder-se-ia ter fundado por um simples pacto com os monárquicos. Os republicanos constanciavam a secreta aspiração de muitíssimos monárquicos: o castigo do rei pela morte política e a deposição. A luta não era contra o ditador subalterno. Era contra o trono responsável».

Tal era o ambiente nas vésperas do regicídio, tais eram as intenções dos monárquicos de que não faziam segredo, tal foi o prólogo do drama do Terreiro do Paço, escrito pelos partidários do rei, com a sua cumplicidade e a sua sanha implacável contra ele. Depois disto, depois dos artigos de Navarro, da profecia de Vilhena, da linguagem e das ameaças dos jornais monárquicos, dos seus abertos incitamentos ao atentado, os monárquicos continuarão a dizer que Junqueiro armou o braço dos regicidas quando escreveu dezoito anos antes o «Caçador Simão» que nunca leram. No episódio sangrento do Terreiro do Paço não são a Pessoa do rei, a identidade dos regicidas ou a condição do atentado que lhes interessa. Interessa-lhes caluniar a República e os republicanos sem que haja na sua atitude sombra de sinceridade ou fundamento.

9

Nos dias que precederam o atentado de 1 de Fevereiro de 1908, o País atravessou uma crise temerosa. Vivia-se num ambiente de exaltação que dominava, indistintamente, os campos monárquico e republicano. Essa exaltação atingiu o paroxismo com as perseguições a individualidades e jornais monárquicos, a personalidades e à Imprensa, republicana. «Em Lisboa, escrevi na «História da República», não se falava senão do atentado. O ambiente na cidade era sinistro no dia da chegada do rei (vindo de Vila Viçosa). Antes disso, desde a sessão do conselho de Estado em que um dos seus membros (Júlio de Vilhena) anunciou,

EM DEFESA DA VERDADE (excertos)
por **Carlos Ferrão**

na presença do rei e do ditador, que a ditadura acabaria por um «crime», não era apenas de indícios que se tratava mas de incitamentos e alusões à sua iminência». De onde partiam os incitamentos? Da Imprensa monárquica. Quem fazia as alusões? Categorizados monárquicos. Um escritor que não pode ser acusado de parcialidade republicana, o dr. Trindade Coelho, filho, escreveu: «Ignorava o sr. João Franco o ambiente de sangue, de terror, de asfixia criado pela Imprensa monárquica? Que política era a sua? Que político, que psicólogo, que chefe supremo da segurança pública era o sr. João Franco?». «É falso, escrevi ainda, que o chefe do governo não recebesse cartas, anónimas umas, outras assinadas por pessoas que revelavam a sua identidade, nas quais se falava de uma tentativa contra a vida dele, e contra a do rei». Entre os signatários das últimas figurava o professor Frederico José de Melo, que foi ouvido no Juízo de Instrução Criminal. Quando João Franco, no seu livro «Cartas de D. Carlos», deu do regicídio urna, versão falsa, da primeira à última linha, afirmando que «nunca se falara de um atentado contra o rei», o antigo ministro da monarquia, conde de Paçô Vieira, desmentiu-o, apresentando as provas de que o avisara da iminência do regicídio.

Os que architectaram para fins partidários a mentirosa versão do regicídio, segundo a qual este foi, maquinado em sociedades secretas e teve a cumplicidade dos republicanos, faltam à verdade conscientemente e negam a prova dos factos. O conde de Paço Vieira entregou a João Franco uma carta dirigida ao professor Buíça, que não deixa dúvidas sobre a natureza individual do atentado, e o outro regicida, Alfredo Luís da Costa, como foi revelado pelo jornalista franquista Álvaro Chagas, escreveu-lhe uma, carta na qual se falava nos perigos que o rei corria. Júlio de Vilhena escreveu, comentando a afirmação de João Franco de que nunca ninguém lhe falara de um perigo para a pessoa da rei, desmentindo-a nos seguintes termos: «É uma repugnante falsidade. O atentado era esperado por toda a gente, até com a designação do dia». Esse dia era o da chegada do soberano vindo de Vila Viçosa. Não foi a republicanos que o chefe regenerador ouviu falar do atentado com a designação do dia em que seria praticado. Essa antecipação era corrente entre monárquicos que para tanto não precisavam de ler o «Caçador Simão».

Outro chefe monárquico, José de Alpoim, disse na véspera do regicídio a um tipógrafo do «Dia», de que foi director, que era preciso matar o rei. Como escrevi na «História: da República», os depoimentos dos contemporâneos mostram que muitos monárquicos o repetiam com o mesmo rancor e falta de humanidade. O partido que chefiava, o dos dissidentes, depois do regicídio foi alcunhado de

EM DEFESA DA VERDADE (excertos)
por **Carlos Ferrão**

partido dos «buisidentes». Antes de falecer, este político monárquico teria dito a Raul Brandão que o reproduziu nas suas «Memórias»: «Só há duas pessoas que em Portugal sabem tudo sobre o regicídio, Eu e outra». A ser verdade o que referiu, que fundamento pode atribuir-se à afirmação dos monárquicos de que o atentado foi maquinado nas sociedades secretas e de que os regicidas eram numerosos?

O ditador sabia que estava iminente um atentado contra o rei. Este não o ignorava também. A ele se referiu mais de uma vez em conversa com os seus íntimos, aduzindo as razões pelas quais, apesar disso, não abandonava o trilho que resolvera seguir. Dois factos reveladores da íntima convicção que o rei tinha da fatalidade do atentado em que sucumbiu, registaram-se pouco antes deste. Em 8 de Janeiro fez ele um seguro de vida na companhia de seguros «Urbaine», no valor de um milhão e cem mil francos, além de outro na companhia inglesa «Equitable», este no valor de vinte cinco mil libras. E em 23 do mesmo mês consultou uma vidente espanhola muito conhecida, sobre o, seu futuro, tendo ouvido da boca desta palavras que confirmaram as dúvidas, que há muito o atormentavam, Como o rei, o ditador era muito supersticioso, frequentando com assiduidade em Lisboa, o «consultório» de uma vidente, «madame» Brouillard.

Durante a viagem de Vila Viçosa a Lisboa, conservou-se, segundo o testemunho de uma pessoa que o acompanhou, o dr. Agostinho Lúcio, apreensivo na travessia do rio esteve silencioso e sombrio, tendo-se fechado na sua câmara e só tornando a ser visto ao desembarcar no Terreiro do Paço. Tão profundo era o convencimento do rei de que ia dar-se um atentado que o visava que, ao desembarcar, se dirigiu ao oficial que dirigia o serviço de polícia, pessoa de sua inteira confiança – o tenente-coronel Dias – perguntando-lhe: «Isto como vai?», Isto, era a situação em Lisboa, o estado de espírito da população. O interpelado respondeu: «Meu senhor, isto vai muito mal». O tenente-coronel Dias estava, pela natureza das suas funções e pela sua dedicação à monarquia e ao rei, em condições de o informar com fundamento, do que se passava e foi isso que fez, ao contrário de João Franco que, até o último momento, negou que alguma coisa se passasse de anormal, mentindo intencionalmente, pois recebera claros avisos do que se preparava,

O dr. Ribeiro Lopes, na sua «História da República Portuguesa», recordou assim o que se passou na capital, no dia da chegada do rei: «Era um dia lindo e a cidade estava como que acariciada por um sol de Inverno, de uma divina luminosidade. Aos olhos dos habitantes da capital, sem saberem bem porquê, esses tons

EM DEFESA DA VERDADE (excertos)
por **Carlos Ferrão**

eram os de uma apoteose lúgubre. Toda a gente manifestava o receio de um acontecimento terrível. Os transeuntes olhavam-se e perguntavam porque é que ainda nada acontecera de extraordinário. Havia apenas um indivíduo insensível a este ambiente de fatalidade – João Franco». Como se vê, o atentado, secretamente preparado nos conciliábulos dos republicanos, era conhecido de toda a gente e eram os monárquicos que o proclamavam como uma certeza próxima e o justificavam antecipadamente com as suas palavras e os seus escritos.

Como se atrevem os monárquicos do nosso tempo a falar da cumplicidade dos republicanos no regicídio que nunca provaram e não são capazes de provar? Perante os cadáveres do rei e do príncipe, estendidos numa dependência do Arsenal, as duas rainhas, D. Maria Pia e D. Amélia, dirigiram-se a João Franco responsabilizando-o pelo episódio sangrento em que ambos perderam a vida. «Veja a sua obra!» – disse uma, E a outra disse-lhe: «Diziam que o senhor era o coveiro da monarquia. Foi pior. Foi o assassino de meu filho e de meu neto».

Ambas o detestavam do fundo da alma. A sua responsabilidade foi assim posta em relevo pelo escritor monárquico Malheiro Dias, que prestou à causa a que se conservou fiel mais serviços do que aqueles que usam o regicídio apenas como um pretexto para caluniar os republicanos portugueses: «A História há-de falar, desmascarando-os, dos principais responsáveis desse desenlace cruento. O rei de Portugal encontrou no Terreiro do Paço os seus algozes. Quem o levou, porém, ao patíbulo? Certamente a História será severa para o estadista (João Franco) que conduziu o rei ao cadafalso da praça pública. Não o será menos para os homens (monárquicos) que lhe prepararam o advento e lhe animaram os erros fatais com o estímulo dos seus aplausos». Malheiro Dias, cronista da derrota da monarquia, sabia que os republicanos nada tiveram com o atentado do Terreiro do Paço e proclamou-o indicando os responsáveis dele.

10

Há diversas versões do regicídio e das condições em que se deu. Divergem em muitos pontos. São concordes noutros. Todas as testemunhas presenciais afirmaram que apenas dois homens nele intervieram. Um, em frente da arcada do ministério da Fazenda, (hoje da Economia), saltou à carruagem real e com uma pistola visou, à queima-roupa, o rei, matando-o instantaneamente. Outro, postado na arcada do ministério do Reino (hoje do Interior), quando a carruagem passava, tirou uma carabina debaixo do gabão e visou a família real, atingindo mor-

EM DEFESA DA VERDADE (excertos)
por **Carlos Ferrão**

talmente o príncipe. Quando ia disparar de novo foi morto, depois de derrubado por um oficial que o atravessou com a espada. A esse respeito só mais tarde houve dúvidas suscitadas por quem não estava presente.

«Debaixo da arcada, em frente do ministério da Fazenda, conta uma das testemunhas presenciais, o tipógrafo Miguel Martins, sai um homem, de pistola em punho, que se agarra à capota recolhida da carruagem real e, pelas costas de D. Carlos, dispara. Foi o único paisano que saltou ao empedrado naquele momento». O último chefe do governo da monarquia, Teixeira de Sousa, era director das Alfândegas e presenciou o drama da janela do seu gabinete no ministério da Fazenda. Contou ele, ao descrevê-lo: «Eu assisti ao desenrolar do regicídio e *vi, inequivocamente, que os que haviam disparado contra a carruagem real haviam sido ali mortos*. Os regicidas caíram no Terreiro do Paço».

O que se seguiu foi uma cena de confusão e sangue. A polícia, numerosa no local, disparou em todas as direcções. Fizeram-se prisões de indivíduos que nada tinham com o sucedido. Conduzidos à esquadra instalada no edifício do Município, um deles – o caixeiro Sabino da Costa – foi morto por um guarda. Os outros teriam a mesma sorte se o chefe da esquadra a isso não se opusesse. A carruagem real que, entretanto, torneou a arcada seguindo até ao Arsenal, onde os corpos das vítimas estiveram depositados algum tempo, ficou crivada de balas. Os que, mais tarde, exploraram o episódio sangrento do Terreiro do Paço para fins partidários concluíram que essas balas foram disparadas por cúmplices do atentado os quais, segundo essa versão, se entretiveram a alvejar a carruagem em vez de visarem as pessoas que nela seguiam. As balas foram disparadas pela polícia que, desvairada, durante algum tempo não deixou de descarregar as armas.

A identidade dos protagonistas do drama estabeleceu-se rapidamente. Eram o empregado comercial, Alfredo Luís da Costa, e o professor do ensino particular, Manuel dos Reis Buíça. Estabeleceram-se, também sem dificuldade, os seus antecedentes, conheceram-se os passos que deram nos dias e nas horas que precederam o drama. Esses elementos estabeleceram a prova incontroversa de que agiram por iniciativa própria, deliberadamente, sabendo o risco que corriam e a sorte que os esperava – a morte. Ambos, antes de partirem para o local, fizeram declarações, o Buíça num documento escrito, o Costa em conversa com um amigo, na manhã de 1 de Fevereiro, conversa reproduzida por jornalistas afectos à monarquia.

EM DEFESA DA VERDADE (excertos)
por **Carlos Ferrão**

Nenhum esteve em contacto com figuras, destacadas ou não, do partido republicano. Os seus nomes não figuravam, nos registos desse partido. Não pertenciam à Carbonária (designação que abrangia o que então se chamavam associações secretas). No que um escreveu e outro disse não há nada de onde se infira que tivessem sido sugestionados ou incitados a praticar o atentado. Ambos, antes, proclamaram que era esse o seu dever e que se consideravam investidos de uma missão que reivindicavam para si em virtude da situação em que o País vivia. Pediam, aos que lessem ou soubessem do seu desejo, que se encarregassem das pessoas de família que deixavam – os filhos de um, a sobrinha do outro, todos menores. Tudo isso que ficou esclarecido pelas autoridades encarregadas da investigação excluía a ideia de conjura, de conciliábulo, de preparação secreta. Ninguém provou que os regicidas tomassem parte em reuniões com assistência ou conhecimento de individualidades republicanas ou pessoas que nas fileiras republicanas tivessem posição de relevo.

Sabia o governo franquista a filiação e tendências dos regicidas, pois foi por instruções do seu chefe que, na noite de 1 de Fevereiro, o órgão, franquista «Jornal da Noite» – único que se publicou por estarem suspensos todos os outros – deu a notícia do sucedido nos seguintes termos: «Um atentado vilíssimo e miserável foi cometido nas pessoas de S. M. el-rei e de S. A. o príncipe real. Na ocasião em que a família real chegava de Vila Viçosa, às 5 e 25 da tarde, um bando de exaltados anarquistas espingardeou a carruagem real, matando S. M, el-rei e S. A. real».

Em nome do partido republicano os seus dirigentes fizeram, antes e depois do atentado, declarações categóricas definindo a sua posição, indicando as suas intenções durante a crise que teve esse epílogo sangrento, previsto por quem acompanhava, com inquietação e receio, a marcha dos acontecimentos. Dias antes (26 de Janeiro), o directório do partido republicano publicou uma nota em que, perante a excitação que alastrava pelo País e as violências do poder, se previam as lamentáveis consequências destas e se dizia: «A ditadura, na sua luta contra a vontade da Nação, tenta loucamente suprimir os próprios adversários (referia-se à prisão e deportação de republicanos já feitas e de outras que se anunciavam). À liquidação dos adiantamentos à casa real, segue-se a violência das prisões arbitrárias. As represálias são de prever. Por isso, o directório republicano julga necessário, neste momento de sobreexcitação, declarar, bem alto, em contraposição aos ditadores, que o que ele, com o seu partido, quer é suprimir todas as opressões e não os homens do regime».

EM DEFESA DA VERDADE (excertos)
por **Carlos Ferrão**

O directório do partido republicano (a nota foi redigida por Bernardino Machado que a ele presidia) previa represálias suscitadas pelas violências do poder. Essa previsão era o eco do estado de espírito público. Faziam-na, quotidianamente, os jornais monárquicos. Fizera-a, na presença do rei, um dos seus mais categorizados conselheiros ao dizer-lhe: «Isto acaba por um crime». Perante as manifestações de violência da ditadura, o partido republicano enjeitava qualquer responsabilidade no que ia acontecer, esclarecendo que o seu propósito era suprimir as opressões e não os homens que publicamente se responsabilizaram por elas, e eram unanimemente apontados como vítimas eventuais – o rei e João Franco. Não havia nessa atitude mistério ou segredo. O partido, republicano lutava, à luz do dia, pelos, meios legais que a monarquia consentia – no Parlamento, na Imprensa, nos comícios, nas conferências públicas – pela mudança de regime. Era o seu direito. Era também o seu dever desde que se tornara insanável o divórcio entre a monarquia e a Nação e que esta lhe confiara esse mandato, Tendo em conta a inabilidade dos seus esforços no campo legal, colaborou com os partidos monárquicos – dissidentes, regeneradores, etc. – para uma solução revolucionária, Esse trabalho seria supérfluo se os seus dirigentes quisessem provocar ou associar-se, de longe ou de perto, directa ou indirectamente, a um acto de desforço pessoal, visando o ditador ou o rei; Esse acto era apenas preconizado pelos monárquicos em incitamentos de que ficou testemunho indelével.

O que depois veio – o processo do regicídio, a campanha à sua volta levantada, as versões sobre as condições em que se deu, a tentativa de descrédito dos adversários da monarquia que a venceram – nada tem, com o que se passou na tarde de 1 de Fevereiro e o que se averiguou. O que se averiguou, o que averiguaram as autoridades da monarquia, o que consta dos depoimentos dos que assistiram ao drama do Terreiro do Paço, o que se concluiu da investigação feita sobre as pessoas, antecedentes e actos dos regicidas, não deixa dúvidas sobre o carácter pessoal e voluntária do acto que praticaram sem mandato ou combinação, conluio ou cumplicidades. «Eu sei, dizia no Parlamento da monarquia o deputado António José de Almeida ao definir em 3 de Junho de 1908 a posição do seu partido, que para os monárquicos convinha – santas intenções – que ficasse pairando sobre os republicanos a suspeita de cumplicidade no regicídio». Nunca, enquanto o seu regime durou, eles fizeram a prova dessa cumplicidade, nunca, depois de extinto, apontaram qualquer indício que, com verosimilhança, justificasse as suspeições que levantaram. A história das suas tentativas malogradas para o conseguir é a história das suas intenções partidárias e da sua falta, de sinceridade e razão. É, também, a história dos seus esforços, para fazerem

EM DEFESA DA VERDADE (excertos)
por **Carlos Ferrão**

esquecer que, no regicídio, lhes cabem as mais graves responsabilidades e lhes são devidas as mais severas censuras.

